

**Psicologia na rede: Tecendo uma rede de atenção trans em
Londrina**

Dayana Franciele de Souza¹
Vinicius Manoel Salvador²
Herbert de Proença Lopes³

Resumo: Com este trabalho temos como objetivo apresentar o processo de construção de uma rede de ações que visam proteger e garantir direitos de travestis e transexuais (Rede T), na cidade de Londrina. Tem como base teórico-metodológica a Psicologia Social, dialogando com os movimentos sociais, estudos sobre gêneros e sexualidades, pensando nos diversos contornos que contribuem para a construção de um corpo e suas subjetividades, pela inquietação dos envolvidos na causa e por posicionamentos ético-políticos diante das desigualdades sociais e a necessidade de mudanças. Considerando que o processo está em curso, podemos ponderar que, os resultados embora parciais, já contribuem de maneira expressiva para alavancar a discussão acerca da importância dos temas trabalhados no campo. Com base em relatos da população que temos alcançado é notável o quão significativas as ações da Rede T tem sido naquilo que se propõe. Destacamos também a importância da articulação de diversos setores sociais, visto que as demandas não são apenas de saúde, como também de trabalho, cultura, educação, moradia, entre outros aspectos que temos encontrado. Trabalhar em rede faz com que o alcance da população em questão seja ampliado, contribui para o acesso aos serviços, aumento e compartilhamento de informação. Todas estas questões têm sido problematizadas a partir da experiência de Estágio Básico em Psicologia e se configuram como um importante eixo de questionamento sobre o processo de formação, de modo a responder demandas da atualidade que esta população tem colocado ao campo teórico-prático da Psicologia.

Palavras-chaves: Psicologia; Políticas Públicas; Travestis e Transexuais.

¹ Universidade Pitágoras Unopar; graduanda em Psicologia; dayasouza90@gmail.com.

² Universidade Pitágoras Unopar; graduando em Psicologia; salvadorvinni@gmail.com

³ UNESP/Assis, mestrando em Psicologia; Professor de Psicologia Universidade Pitágoras Unopar; herbert.proenca@gmail.com

Introdução

Nosso objetivo com este trabalho é apresentar algumas problematizações sobre o processo de construção de uma rede de ações voltadas à garantia de direitos de travestis e transexuais, na cidade de Londrina. Este processo, que se encontra atualmente em curso, foi iniciado no final do ano de 2017, quando o Coletivo ElityTrans Londrina mobilizou a criação da chamada “Rede de Proteção e Garantia de Direitos da População Trans em Londrina”.

O Coletivo ElityTrans, formado por travestis e transexuais, foi fundado em 2012 por duas ativistas com protagonismo trans na cidade de Londrina/PR. Surge com o objetivo de reivindicar direitos, garantir o exercício da cidadania, denunciar situações de violência, proporcionar visibilidade e empoderamento da população que representa.

Assim, como resultado da articulação com diferentes setores da sociedade, surge em dezembro de 2017 a Rede de Proteção e Garantia de Direitos da População Trans de Londrina, formada pelo ElityTrans em parceria com a Defensoria Pública do Paraná em Londrina, profissionais de diferentes serviços públicos, pesquisadores acadêmicos e voluntários. Os principais objetivos da Rede são: criação de fluxos na saúde e demais políticas, promoção e educação em direitos humanos e cidadania em diversos âmbitos da sociedade, promoção de políticas públicas de gênero, formulação de um conjunto de ações e políticas para dar maior apoio ao público - principalmente àqueles(as) que estejam em situação de risco ou vulnerabilidade social.

O ElityTrans elaborou uma proposta de atividades ofertadas à população trans, que representa parte das estratégias da Rede. Esta proposta visa diferentes formas de atendimento que buscam se configurar também espaços de convivência e socialização. Estas atividades são: EscutaTrans (recepção e atendimento psicossocial individual ou coletivo), Oficina de Aquecimento de Cidadania (Atividades grupais de sensibilização e reflexão) e atividades artísticas como Ciranda das Cores (ciranda e grupo de movimento, na perspectiva da psicologia corporal) e Grupo de Teatro Translúcidas (grupo formado em 2016 por LGBTs, principalmente por pessoas trans).

Tais atividades têm sido elaboradas de modo participativo, por ativistas membros do Coletivo em conjunto com professores de Psicologia e psicólogos(as) parceiros. Se tornaram, assim, um importante campo de estágio básico em Psicologia vinculada à Universidade Pitágoras Unopar. Assim, a oferta de tais ações visa a criação espaços individuais e grupais de diálogo com as pessoas trans, contribuindo com as ações da Rede, mas também problematizando noções de “atendimento” da Psicologia e ampliando referências formativas da área.

A perspectiva teórico-metodológica do estágio se orienta pela da Psicologia Social, a partir de contribuições que se interessam por um processo de pesquisa indissociado da intervenção, pelo viés comunitário, pelo diálogo com os movimentos sociais, pela consideração dos gêneros e sexualidades como aspectos constituintes das subjetividades, pela implicação dos(as) pesquisadores(as) e por posicionamentos ético-políticos que diante das desigualdades sociais. A partir da imersão nos processos sociais e no diálogo com diferentes atores/atrizes da sociedade, visa construir um estudo e uma ação pautada pela visão emancipatória da subjetividade e, deste modo, pode ser transformadora. Esta perspectiva pode contribuir de modo mais efetivo com a construção de políticas públicas para as pessoas trans e travestis.

De que Psicologia estamos falando?

Enquanto “pessoas”, somos movidos pela necessidade de mudanças. Com a psicologia não poderia ser diferente. A psicologia como profissão se traduz num leque gigante de possibilidades, um campo plural, sendo importante destacar que não estamos limitados à tradicional prática clínica, orientada pelo modelo biomédico, centrado no ser individual. A psicologia constitui-se de modo fragmentar, se configura um campo teórico e prático disperso que não formar um “continente”, mas um “um arquipélago conceitual e tecnológico”, conforme define Luís Cláudio Figueiredo (2009). Seria melhor denomina-la de Psicologias, no plural, dadas as diferentes matrizes que constituem o que chamamos de Psicologia e que, no processo de formação, se apresenta como uma disciplina bastante plural e diversa.

O Estágio Básico, que é orientado pela Psicologia Social, permite perceber novos espaços de atuação, novos saberes, fazeres diferentes da tradicional atuação clínica que marca fortemente a formação. Pensar a pessoa, singular e coletivamente, evitando a clássica dicotomia entre indivíduo-sociedade, nos permite observar os modos de subjetivação que a compõem enquanto produto e produtor de uma construção social.

Pensar a relação psicologia e sociedade nos faz voltar no tempo e como diria Ana Bock (1999) “começar do começo”. A autora faz um resgate histórico da Psicologia desde o Brasil Colonial, onde aponta que as ideias psicológicas, de uma área científica em surgimento já operavam nestas terras, mesmo antes da regulamentação da profissão que aconteceu somente em 1962. Paralelo ao modelo de modernização do Brasil que observamos que um tipo de Psicologia parece corresponder às transformações que a sociedade, voltada para um modelo higienista e padronizador do fazer psicológico, baseado no modelo médico. Período em que surgem os hospícios, com o intuito de “varrer” das ruas pessoas ditas como doentes morais, que

não se encaixavam no padrão social da época – prostitutas, loucos, pobres – em resposta ao questionamento “Como eliminar problemas que existem na sociedade?” (BOCK, 1999).

Seria, no entanto, simplista considerar que a história deste campo fosse um percurso único. Maria das Graças Gonçalves (2010) propõe a historicização da Psicologia para refletir sobre sua presença no campo das políticas sociais, considerando importante destacar as diferentes vertentes que se encontram nesta história. Segundo a autora, o desenvolvimento da Psicologia precisa ser analisada através de sua relação com as transformações sociais. De modo geral, esta história revela que a Psicologia, apesar de carregar uma falsa ideia de “neutralidade” – ideia que marca até hoje este campo – sempre esteve comprometida com as demandas histórico-sociais. Sobre este aspecto, a relação da Psicologia com o desenvolvimento da sociedade capitalista precisa ser analisada na medida em que esta área de saber e atuação se encontra marcada por este fator.

De um lado, podemos verificar nesta história uma vertente do fazer psicológico que esteve comprometido com “a normalização, adaptação, com a adequação dos indivíduos, apesar de suas diversidades, aos lugares sociais a que pertencem” (GONÇALVES, 2010, p. 79). De outro lado, segundo a autora encontram-se também tentativas de “criar espaços de atuação que promovam formas de expressão social de indivíduos questionadoras, inovadoras, que possibilitem a superação das condições que impedem o pleno desenvolvimento de sujeitos” (p. 79).

Encontramos nesta história alguns importantes elementos que nos permitem pensar a psicologia que se volta às problemáticas sociais, como se observa a partir dos anos 70. Destacamos a inserção da Psicologia nos contextos comunitários e de iniciativas populares que fazem com que a atuação da Psicologia seja pautada a partir de demandas concretas de setores da sociedade marcadas por diferentes sistemas de desigualdade social e que colocam definitivamente o atravessamento ético sobre esta atuação. Como a Psicologia pode contribuir com o desenvolvimento pessoal e social de pessoas, coletivos, comunidades?

Fazendo um breve resgate do nosso campo de estágio, temos uma infinidade de possibilidades. Trata-se das ações oferecidas pelo ElityTrans em parceria com estagiários(as), que faz parte da Rede T. O Coletivo é dos importantes articuladores da Rede e do Movimento LBGT com protagonismo Trans, e desenvolve suas atividades no Canto do MARL⁴. Mas falaremos muito mais sobre o assunto no decorrer do trabalho. A atenção que queremos aqui, é

⁴ O Canto do MARL é um espaço cultural resultado de uma ocupação de um prédio público abandonado no centro da cidade de Londrina. Foi ocupado em junho de 2016 pelo Movimento dos Artistas de Rua de Londrina (MARL), e realiza diversas atividades culturais, políticas e educativas oferecidas à população.

sobre o que esse campo vem se tornando. No início, nossa inserção neste campo iniciou com observação participante. A partir desse contato inicial, o que observamos colocaram uma série de questionamentos, bombardeavam (positivamente) aquele lugar. Eram resultado de uma ação em construção e, por isso, não prescrita *a priori*, como acontece em outros campos que têm uma orientação técnica do trabalho (por exemplo nos serviços de políticas públicas). Que lugar é esse? O que faz um psicólogo nesse campo? Quem somos nós aqui, enquanto pesquisadores em psicologia? O tempo todo buscando respostas. E elas vieram, de uma demanda social. Como dito anteriormente, a Psicologia Social atenta para a condição coletiva do indivíduo e para sua necessidade de relação com o outro, com o ambiente em que está inserido.

Segundo Silvia Lane (1984, p. 19), “toda a psicologia é social” e para a mesma, tal afirmação não reduz as Psicologias à Psicologia Social, mas permite que, outras áreas específicas da psicologia reflitam sobre a natureza histórico-social do ser humano. É a partir dos relacionamentos (com o eu, o outro, o ambiente, a sociedade como um todo), das questões que surgem desses encontros, das desigualdades e da necessidade de mudanças, que chegamos em uma importante relação: o que a psicologia sabe sobre as demandas de travestis e pessoas trans?

Que sabe a Psicologia sobre as demandas de pessoas trans e travestis?

Como ponto de partida para esse questionamento, propomos considerar os novos discursos e sujeitos(as) que emergem na contemporaneidade, assim como as profundas transformações nas relações de produção econômica, cultural, social e desejante em processo. Essa transformação é expressa por autores como Stuart Hall (2002) e Rosi Braidotti (2006), para denominar os processos de crise dos paradigmas e das posições de sujeitas e sujeitos em ação na contemporaneidade. Este cenário se configura como um imperativo para teóricas e teóricos para re-conceberem sua própria situação e suas práticas dentro desse esquema complexo presentes na contemporaneidade (BRAIDOTTI, 2006). A crise de paradigmas, de valores morais, de posicionamentos éticos, políticos e estéticos representa uma abertura para novas possibilidades de produção de conhecimentos/práticas, na medida em que exigem criatividade teórica e política.

Voltada ao estudo de sujeitos/sujeitas, subjetividade, psiquismo, e demais categorias que foram construídas historicamente, o campo das Psicologias apresenta-se, em sua maioria, marcado por um projeto epistemológico embasado pela reprodução de concepções acerca do indivíduo, compostas por vieses essencialistas, universalizantes e que denotam falta de historicidade nas considerações sobre a experiência humana. Tais modelos servem como

referência para práticas psicossociais que são, nos cotidianos, produtoras de violências existenciais, ao não considerar a multiplicidade da experiência das pessoas. Nesse sentido, as patologias mais do que as potências e, desse modo, a doença mais do que a saúde, remontam a figurações e discursos que atravessam de maneira intensa os processos de formação em Psicologia, a exemplo das disciplinas presentes das matrizes curriculares dos cursos de formação na área. Efetuam, assim, exatamente o proposto por tais disciplinas: disciplinam os olhos, a escuta e os corpos de profissionais voltados ao enfoque da patologização de aspectos da experiência humana (SALES; LOPES; PERES, 2016).

Ao voltarmos o olhar, como proposto por Wiliam Peres (2013), sobre as teorias e metodologias utilizadas em práticas em psicologias normativas, podemos observar que a maioria destas se encontra comprometida com a manutenção do sistema que produz expressões de sujeitas/sujeitos, de gêneros e sexualidades aceitas e tidas como normais, assim como exclui e nega o estatuto de existência às expressões dissidentes, aos desejos marginalizados e às formas de vida singulares como as expressas pelas travestilidades e transexualidades. E a partir disso, vemos Psicologias comprometidas em “[...] observar, classificar, esquadrihar, diagnosticar, trancafiar, tratar, curar e até produzir morte civil das pessoas que de alguma maneira tornaram-se dissidentes das ordens e modelos impostos como únicos, corretos e normais” (PERES, 2013, p. 56).

Ao responder a tais modelos, de acordo com as problematizações apresentadas por Michel Foucault (1988), a Psicologia corrobora com as ações do bio-poder e de regulações biopolíticas, constituindo-se no eixo das relações de saber/poder, um dos vetores de manutenção de modelos regulatórios, de práticas excludentes e de discriminação. Nossas implicações éticas nos levam a fazer apostas em uma psicologia política e emancipatória de respeito e defesa das diferenças e seus direitos.

Sob a perspectiva de um saber criado e vinculado às demandas da contemporaneidade, os referenciais e significados conceituais disponíveis para análise das relações humanas não se mostram mais adequados às complexidades que enredam tais processos de produção. Nesse sentido, as posições de sujeitos e sujeitas postas em jogo trazem problematizações acerca das noções clássicas de sujeitos(as) e subjetividade, geradas a partir das críticas às epistemologias colonialistas e das ontologias afeitas aos essencialismos e reducionismos. Estas tradicionais posições criam ficções de sujeitos-padrão, de ordem social e da normalidade.

Negar as dualidades e oposições binárias advindas de certa filosofia moral e modelo científico, operante na produção e reprodução de indivíduos padronizados em séries e os “fora do padrão” - o objeto de estudo e intervenção psicossocial, permite que pensemos, juntamente

com Michel Foucault (1988) os movimentos de resistências que estão presentes nestas operações, que se constituem relações de poder. Ao resgatar o processo de ativismo travesti e trans, Keila Simpson, ativista e atual presidente da ANTRA (Associação Brasileira de Travestis e Transexuais, criada em 2000 que surge a partir da organização do movimento social travesti e trans desde o ano de 1992), aborda que os desafios que o movimento tem enfrentado passam pela resignificação destas identidades, pois os próprios termos “travesti” e “transexual” são historicamente considerados pejorativos. Além disso, conforme afirma Simpson:

Travestis e transexuais sempre estiveram na ponta de lança dos preconceitos e das discriminações existentes no Brasil com a população LGBT. Isso ocorre porque essa população ostenta uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões heteronormativos, em que homem é homem e mulher é mulher, e qualquer coisa que fuja dessa norma é encarada com estranhamento. No caso de trans, esse estranhamento se traduz em assassinato dessa população (SIMPSON, 2015, p. 09).

Na problematização acerca das concepções de pessoas que tencionam, na proposta apresentada, as posições teóricas e políticas acerca do objeto de estudo tradicional da Psicologia, na intersecção com as experiências de travestilidades e transexualidades, consideramos importante destacar as categorias de gêneros e sexualidades, em suas interfaces com outros marcadores sociais da diferença, tais como, classes/cores, gerações e estilos de vida, como referenciais importantes através dos quais o poder opera. Como forma de manutenção dos sistemas de dominação, a reprodução de modelização dos gêneros e sexualidades com base em normas regulatórias, produzem referências para identidades tidas como fixas e como parte de uma ordem natural.

Através do controle dos corpos e dos desejos, os dispositivos de poder atuam de forma a tomar a materialização dos gêneros, dos corpos e das sexualidades, como elemento fundamental da experiência das pessoas. Os gêneros podem ser pensados como relacionais, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29). Ao contrário de considerar o gênero como um substantivo, noção essencialista, deveríamos pensa-lo como efeito de discursos e práticas que operam sobre os corpos das pessoas, como parte de estratégias de regulação dos prazeres e de disciplinarização dos corpos. São as vias nas quais se opera a materialização do bio-poder, efetuados em consonância com instâncias de saber que lhe garantem legitimidades (BUTLER, 2003).

Pensar as produções de novas expressões de gêneros e sexualidades que se configuram a partir de rupturas aos processos normatizadores, que agem sobre essas produções, garantem importantes conexões entre novas posições conceituais de sujeitos(as), em contraposição aos modelos naturalizantes e binários de gêneros e sexualidades. Alinhadas aos gêneros e

sexualidades, temos a produção de outras categorias como classe, raça, etnia, orientação sexual, estética corporal, entre outras, que operam no sentido reforçar processos de discriminação, estigmatização e marginalização, intensificadas nas experiências travestis e transexuais, conforme discutido por Wiliam Peres (2015).

Os gêneros que borram as delimitações predeterminadas são marcados por formas de violências e exclusão em todas as esferas do cotidiano, como operações correccionais que visam o mesmo processo regulatório, em formas mais ou menos extremadas, dando manutenção ao que Judith Butler (2003) denominou sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Indagamos em que medida as práticas em psicologia se constituem como parte da produção de sofrimentos psicossociais, a que são chamadas a responder, na medida em que corroboram com a reprodução dos referidos modelos. Garantir-se-ia, dessa maneira, os terrenos de ação psicossocial hierarquizada pela capacidade de falar pelo outro(a), que participa das ações pautadas em quadros diagnósticos.

Falar pelo outro(a) se configura uma forma de violência que aumenta os processos de invisibilização que pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade tanto conhecem. Sobre este aspecto, retomamos a posição de Keila Simpson que aborda a importância da articulação com o movimento social organizado na criação de políticas públicas para a população de travestis e transexuais. Em material organizado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2015) sobre atenção à saúde de travestis e transexuais, Keila Simpson faz questão de destacar a importância desta relação:

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel fundamental nessas parcerias, pois é a partir delas que se dão as contribuições para a construção dessas políticas públicas. É sobre o trabalho de base dessas organizações que estão sendo pensadas as políticas públicas para responder às demandas de populações específicas. Fazer esse trabalho sem a parceria do movimento organizado seria impensável e ineficiente (SIMPSON, 2015, p. 14).

O desafio que tem sido colocado, inicialmente é considerar estas expressões de vida singulares, dissidentes dos padrões sociais, como sujeitos e sujeitas de direitos e que se constroem num panorama social que historicamente promove a exclusão social. A partir deste desafio, levar gestores e profissionais que atuam com essa população a promover ações que levem em conta as especificidades de travestis e transexuais, no que se refere ao acesso aos serviços ofertados, além da necessidade de ampliação dos mesmos, de modo a alinhar os objetivos destas ações com as reivindicações colocadas pelo movimento social organizado. Desta maneira, pode-se contribuir para a construção de políticas públicas que garantam acesso

aos direitos sem preconceito de gênero, raça/etnia, orientação sexual e práticas sexuais e afetivas, a exemplo do debate que se insere na saúde pública (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, é importante destacar que a Psicologia é considerada pela Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) órgão que fornece diretrizes curriculares para os cursos de Psicologia no Brasil, como uma das profissões da área de saúde. Sobre este aspecto, a compreensão de saúde é ampliada, não somente ligada aos campos de atuação em saúde (clínica, hospitais, saúde pública), mas a perspectiva de promoção de saúde deve estar presente em outras áreas de atuação, como a educação, assistência social, jurídica, prisional, organizacional, etc.

No que se refere às diretrizes para atuação profissional no que se refere à atenção às pessoas trans e travestis, destacamos a Resolução 001/2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018). Tal resolução, recentemente lançada, estabelece normas para a atuação para psicólogos(as) em relação às pessoas transexuais e travestis. Dentre os diferentes artigos da resolução, encontramos a orientação de que os(as) profissionais devem atuar segundo os princípios éticos da profissão (CFP, 2005), contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão voltada à eliminação da transfobia e do preconceito em relação às pessoas transexuais. A partir da resolução, compreende-se que nem toda intervenção realizada pela Psicologia está de acordo com a perspectiva ética pautada no respeito à dignidade humana exigidos pelo Código de Ética Profissional. Por isso é necessário pensar em modos de atuação que também respondam a tais requisitos.

Como a experiência tem sido tecida?

Assim, como uma perspectiva que destacamos neste trabalho, consideramos importante aliançar as questões teóricas e práticas da Psicologia com o atendimento da população trans e travesti. A experiência de Estágio tem sido construída com base em princípios da Psicologia Comunitária, principalmente no que diz respeito a construção coletiva de ações na qual se respeita os saberes de todos(as) os(as) agentes envolvidos (SARRIERA, 2014). Nesse sentido, é importante destacar o papel do Coletivo ElityTrans nesse processo.

O Coletivo ElityTrans surgiu em 2012 fundado por ativistas LGBT com protagonismo trans, na cidade de Londrina/PR, com o objetivo de reivindicar direitos enquanto cidadãos, lutar por visibilidade e empoderamento. É um dos coletivos associados à ANTRA, rede nacional de articulação de instituições que desenvolvem ações para promoção de cidadania da população Trans, fundada em 2000 em Porto Alegre/RS.

Entendendo o fazer artístico como forma de enfrentamento e ativismo, o Coletivo desde seu surgimento dialoga com a linguagem artística (mais fortemente teatral) em suas propostas de manifestação política. A relação com o teatro era de oficinas teatrais ofertadas para as travestis e transexuais do grupo. Esta experiência abriu possibilidades de utilização de cenas teatrais para visibilizar denúncias de transfobia vividas por participantes.

Paralelamente a estas ações, o Coletivo foi construindo relações e participando de espaços, como setores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), do governo municipal, como as Secretarias de Política para Mulheres e de Saúde. Também construía relações com alguns movimentos sociais, como coletivos feministas, com movimento cultural, entre outros. Esse cenário se costurou, ao passo que o Coletivo foi sendo convidado para dialogar, através da participação em mesas em eventos e outras atividades, na Academia e na militância. Participava também frequentemente de atos públicos e manifestações políticas organizados por tais movimentos. Esse processo, de algum modo, contribuiu para dar local visibilidade ao Coletivo e à pauta trans que o movimento trazia. Em 2015, as atividades do ElityTrans resultaram a criação do grupo teatral Translúcidas, grupo que surge dentro do Coletivo e que pesquisa especificamente a linguagem teatral, estreando em janeiro de 2018 sua primeira montagem teatral realizada, a peça “Transtornada Eu”.

Em 2017, ampliando ainda mais as conexões, o Coletivo ElityTrans abre portas para o campo de estágio em Psicologia, processo onde nos inserimos. Essa inserção acompanhou o desenvolvimento das ações teatrais, bem como a articulação de outras ações que visavam responder às demandas trazidas pelas pessoas trans e travestis que começavam a procurar o Coletivo, resultado de sua visibilidade no cenário local.

Assim, no final deste mesmo ano, o Coletivo começa a articular-se com profissionais e outros ativistas parceiros e sensíveis às pautas da população trans e passam a iniciar a construção de um trabalho em rede. Surge, em dezembro de 2017 a Rede de Proteção e Garantia de Direitos da População Trans em Londrina, atuando junto com outros(as) importantes profissionais e ativistas para o debate deste tema na cidade. A ocupação em espaços de construção de políticas públicas, realizados em diálogo com o movimento social e construído a partir de uma ação militante, traz elementos que podem contribuir efetivamente com a construção de ações em políticas públicas que se respondam concretamente às demandas dessa população. A formação em Psicologia, nesta perspectiva, movimenta-se a partir das relações que se consegue estabelecer com os processos sociais que pretende estudar/intervir. E por isso, a inserção nesta rede é de extrema importância para o desenvolvimento das ações de estágio em parceria com o Coletivo.

Os trabalhos da Rede T visam diferentes frentes de ações voltadas a responder às demandas mais urgentes, além de mapear tais demandas, estudá-las e mobilizar um processo de reivindicação de políticas públicas com base nestes dados. Dentre as várias ações que já estão sendo ofertadas (como atendimentos médicos, orientação jurídica), o Coletivo ElityTrans também oferece atividades, em parceria com profissionais e estagiários de psicologia.

As atividades ofertadas em parceria com o ElityTrans, vem sendo realizadas no espaço do Canto do MARL, uma ocupação do Movimento dos Artistas de Rua de Londrina, espaço de luta e reivindicação e conquista de direitos, logo, um ambiente propício para acolher e empoderar pessoas, em todos os aspectos. O Canto do MARL tem sediado as ações do Coletivo e possibilitado diálogo entre as pautas da população trans e travesti com as de artistas, entre outros setores que compartilham o espaço e ideais.

No decorrer do estágio, as ativistas do movimento e integrantes do Coletivo começaram a levantar questionamentos quanto a nossa atuação dentro do campo de estágio, a partir de necessidades levantadas por pessoas trans que chegavam até as mesmas, fosse pessoalmente ou meio de redes sociais. Questões que iam desde um simples grito de desabafo frente a dificuldade em ser quem se é perante uma sociedade transfóbica, até situações mais complexas como tentativas de suicídio. Um ponto a ser pensado era a possibilidade de escuta dessas pessoas. Pensamos em desenvolver, já pensando na articulação de serviços à população trans, espaço de escuta, pois estes relatos precisavam ser ouvidos, pois advinham de pessoas em sofrimento ético-político. Nós enquanto futuros profissionais da área de psicologia, questionávamos como acolher e escutar suas inquietações.

A partir dos relatos trazidos pelas pessoas trans, vimos a urgência em se pensar uma rede de “apoio” em termos de proteção e garantia de direitos, como por exemplo, a importância de um profissional da medicina no acompanhamento do processo de hormonioterapia. De pessoas dispostas a ouvir de maneira empática, livre de pré-julgamentos, o que a população trans tem a dizer. Ter um lugar para que a demanda possa ser encaminhada, com a ciência de que, terão seus direitos assegurados.

Assim, elaborou-se um leque de atividades que articulassem a demanda de escuta, assim como a relação com as expressões artísticas e necessidade de organização coletiva para enfrentamento de uma situação social que atinge a população trans e travesti. Estas são as ações propostas:

- EscutaTrans – espaço informal de escuta e diálogo iniciado em maio de 2018, realizado por sete estagiários(as) de psicologia, a partir de uma abordagem psicossocial, na qual se articulam posições individuais e sociais de sujeitos(as).

Este espaço é oferecido semanalmente por um período de três horas. As pessoas podem chegar sozinhas ou acompanhadas e, de sua chegada, se formará um círculo de conversa que pode ser individual e/ou grupal. Não há roteiro pré-estabelecido de conversa e o interesse inicial é aproximar-se destes relatos e experiências de vida que também servirão para orientar futuras ações.

- Ciranda das Cores – Iniciada em maio de 2018, é um grupo oferecido por uma psicóloga corporal, integrante do MARL e supervisora de estágio, com dois estagiários(as). Trata-se de um grupo de movimento propõe o trabalho corporal com base em atividades da bioenergética e de danças populares, como a ciranda. É uma proposta de uma prática de experimentar corpos brincantes como uma forma alternativa de promoção de saúde. A atividade tem sido oferecida semanalmente para travestis, transexuais, também acolhe familiares, amigos, pessoas LGBTQs ou não.
- Oficinas de Aquedação de Cidadania – atividade em grupo, a partir da proposta de trabalho de oficinas já realizadas com travestis e transexuais no período de ação da ONG AdeFidan⁵. Trata-se de espaço grupal, atualmente em fase de planejamento com a participação de dois estagiários, que pretende articular o compartilhamento das experiências de vida com a discussão da cidadania e promoção de direitos. Esta atividade tem sido programada para iniciar no segundo semestre de 2018.
- Oficinas de teatro pelo Grupo Translúcidas – oficinas teatrais que trabalham atividades de teatro: jogos teatrais, exercícios de expressão corporal, de criação coletiva, de improvisação, a partir de uma metodologia participativa e construída a partir do desejo dos(as) participantes. São conduzidas por um integrante do MARL e do Elity, psicólogo e supervisor de estágio. Atualmente, as oficinas de teatro estão sendo reelaboradas e estão programadas para retomas no segundo semestre de 2018.

Estas ações começam a ser implementadas, algumas ainda não foram colocadas em prática, mas já começam a ser planejadas. Este trabalho acompanha um percurso em ação, o desenvolvimento destas atividades. Estas ações têm sido divulgadas e ofertadas, inicialmente

⁵ Organização Não-Governamental da cidade de Londrina que atuou no período de 2001 a 2007, referência nos trabalhos com prevenção, trabalho e garantia dos direitos básicos para as pessoas travestis e transexuais. As oficinas eram realizadas por Wiliam Siqueira Peres, psicólogo e professor universitário.

para travestis e pessoas trans que já são atendidas por um dos pontos da Rede T (a Defensoria Pública e o atendimento médico voluntário).

A proposta é que conforme a consolidação das ações propostas, elas sejam divulgadas e ofertadas a outras travestis e pessoas trans que não se encontram nestas listas, o que implica um trabalho de busca ativa da população. Todas estas atividades, garantidas de forma voluntária, encontram limites nos recursos humanos e materiais que dispõe, o que influencia diretamente sua capacidade de atuação.

Entretanto, este processo em plena ação e bastante fervilhante no que diz respeito às mobilizações geradas (em estagiários, profissionais, ativistas e participantes), tem aberto canal para identificar, pautar, estudar estas demandas específicas. Tais atividades tem possibilitado campos de estágio para estudantes de psicologia, com a intenção de enriquecer e contextualizar a formação e o fazer do psicólogo, visto que, infelizmente a formação acadêmica ainda deixa a desejar no que diz respeito a atualizar-se diante das mudanças

Considerações finais.

Ainda que seja um processo em curso, é possível perceber na prática toda a problematização que permeia o contexto. A falta acolhimento e respeito para com a população trans e travesti é algo que temos nos deparado de modo recorrente. Já podemos mapear, mesmo a partir dos relatos iniciais, que a vivência de situações de transfobia são marcantes e compartilhadas em diferentes modos e níveis pelas pessoas que procuram as atividades. Temos observado também que os relatos de transfobia também perpassam os serviços públicos, o que se configura um obstáculo para a efetivação dos direitos dessa população.

Nos referimos a pessoas que têm seus direitos enquanto cidadãos impedidos diariamente de serem acessados. O descaso e abandono afeta desde as relações pessoais e familiares, as profissionais, saúde (de maneira integral). Vemos direitos que são garantidos por lei, serem negados simplesmente pelo fato de não estarem encaixados no padrão imposto.

Não temos ainda dados organizado e analisados, uma vez que esta experiência se encontra em fase inicial de desenvolvimento. Não foi nosso objetivo também como este trabalho, apresentar estes relatos, mas antes apresentar as ações em rede que tem sido articuladas. Nosso objetivo principal foi de apresentar este processo de formação de um trabalho em Rede, onde se articulam saberes e forças advindas de diferentes atores/atrizes da sociedade, implicados com a luta pela garantia do acesso aos direitos de travestis e transexuais, na cidade de Londrina. Esta articulação, resultado da urgência do debate e de resposta às violências sofridas por essa população, orienta um processo coletivo de construção e reivindicação que

visam a criação de políticas públicas, responsabilizando o Estado pela garantia dos direitos constitucionais.

Toda essa experiência tem sido vivenciada e foi aqui relatada, a partir do envolvimento de estagiários de Psicologia neste percurso. Temos experimentado um campo plural e diverso, onde as fronteiras não são estritamente definidas, e os modos de se envolver de cada estagiário, supervisor de estágio, psicólogos(as), ativistas, se encontram transpassadas, transformadas, transbordadas de seus papéis socialmente definidos. Apontamos a necessidade de uma perspectiva crítica no campo da Psicologia, no sentido de posicionar-se diante do cenário de desigualdade social e transfobia. Assim, se faz necessária a revisão não somente das práticas de psicólogos(as) de serviços que atendem (ou deveriam atender) essa população. Mas também a revisão dos esquemas de referência teóricos de sujeito(a), subjetividade, sexualidade, gênero, entre outros aspectos que compõem as composições subjetivas da experiência humana, considerando a diversidade histórico-social.

As questões éticas que atravessam este campo de estudos e práticas se tornam um dos pontos chaves para problematizar os aspectos de formação em Psicologia, a partir da experiência relatada neste trabalho. Respondem, de alguma forma, às orientações dos órgãos regulamentadores da formação e atuação em Psicologia. Estas questões se colocam como desafios à Psicologia e à formação, no sentido de resgatar seu compromisso com a transformação social, política e emancipatória de todo ser humano (PERES, 2013). NA formação em Psicologia deve estar comprometida com a realidade social vinculando ética e exercício da cidadania.

Referências

- ANTRA – Associação Brasileira de Travestis e Transexuais. **Sobre**. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/sobre/>> Acesso em: 24 de Maio de 2018.
- BOCK, A.M.B. (Org). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BRAIDOTTI, R. **Transposiciones**: sobre la ética nómada. Barcelona: Gedisa, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e Travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 010/2005**. Código de Ética Profissional.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 001/2018**. Normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

FIGUEIREDO, L.C. **Revisitando as psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2009.

FOUCAULT, M. **História de sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GONÇALVES, M.G.M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S.T.M; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. Brasiliense: São Paulo, 1984.

PERES, W.S. Psicologia e políticas *queer*. In: FILHO, F.S.T.; PERES, W.S.; RONDINI, C.A.; SOUZA, L.L (Orgs.). **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea. Cuiabá: Ed.FMT, 2013.

PERES, W.S. **Travestis brasileiras**: dos estigmas à cidadania. Curitiba: Juruá, 2015

SARRIERA, J.C. **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SALES, A.; LOPES, H. P.; PERES, W. S. Destapologizando as travestilidades e transexualidades: saúde mental e direitos. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out, 2016.

SIMPSON, K. Transexualidade e travestilidade na saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Transexualidade e Travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo. V. 31, n. 5, p. 538-542, Outubro 1997. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101997000600016>

Acesso em: 24 de Maio de 2018.